

COMISSÃO DE OBRAS INACABADAS NO PAÍS

REQUERIMENTO Nº , DE 2022 (COORDENAÇÃO DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS)

Requerimento para que a Comissão de Obras Inacabadas no País realize visita in loco às obras do VLT/BRT Cuiabá-Várzea Grande (MT), com a realização de evento com o Governador do Estado, o Prefeito de Cuiabá e demais autoridades responsáveis.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 38 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário desta Comissão, com ônus para a Câmara dos Deputados, a aprovação de missão oficial de membros da Comissão Externa destinada a acompanhar e monitorar a Conclusão das Obras Públicas paralisadas e inacabadas no País, com o objetivo de visitar *in loco* as obras do VLT/BRT Cuiabá-Várzea Grande (MT), com a realização de evento com o Governador do Estado de Mato Grosso, o Prefeito de Cuiabá e demais autoridades responsáveis.

JUSTIFICAÇÃO

Iniciadas em 2012, as obras do VLT/BRT Cuiabá-Várzea Grande deveriam ter sido finalizadas em junho de 2014 para serem utilizadas durante a Copa do Mundo¹. O contrato, que foi firmado por meio de Regime Diferenciado de Contratações (RDC), compreende um total de R\$ 1.477.617.277,15 (quase 1 bilhão e meio de reais). Até o momento, já foram pagos mais de 1 bilhão de reais ao consórcio de empresas encarregado da construção.

1 Dados disponibilizados no site do Governo do Estado de Mato Grosso. Vide: <http://www.mt.gov.br/-/estudos-contratados-para-operacao-do-vlt-foram-baseados-em-matriz-brt>. Acesso em 23/5/2022.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Morais

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228870898300>



Além da ausência de estudos, a obra do modal também conta com inconsistências que têm sido apontadas desde janeiro de 2013, pelo Consórcio Planservi-Sondotécnica. Ao todo, foram desenvolvidos 23 relatórios técnicos que identificaram cerca de 600 problemas envolvendo atrasos na elaboração de projetos, apresentação de documentos incompletos, além de inconsistências fiscais nas obras. Destes apontamentos realizados, mais de 400 não foram resolvidos e ainda se encontram pendentes.

Essa conjuntura é mais que suficiente para justificar a necessidade de atuação do Poder Legislativo, que exerce o relevante papel de fiscalizar as atividades do Poder Executivo, dentro da respectiva esfera de governo, sempre num espírito de valorizar o dinheiro público.

Sala da Comissão, em de maio de 2022.

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS

